



RUÍNAS DO CARNAUBAL: ANÁLISE DA ZONA DE INTERESSE HISTÓRICO DA ÁREA RURAL DE CEARÁ-MIRIM/RN E PROPOSTA DE PRESERVAÇÃO E REUSO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO ENGENHO CARNAUBAL

AZEVEDO, Nathalia (1); OLIVEIRA, Felipe S. (2); PEREIRA, Jayne L. (3); SANTOS, Allyson C.S. (4); SILVA, Camilla M. (5)

1. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Arquitetura
nathaliaazmelo@gmail.com
2. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Arquitetura
felipesilvao@hotmail.com
3. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Arquitetura
jayne.lp@gmail.com
4. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Arquitetura
css.allyson@gmail.com
5. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Arquitetura
camillao.cms@gmail.com

RESUMO

Ceará-Mirim pertence à região metropolitana de Natal/RN, estando a 28 quilômetros desta. Sua proximidade com a capital e suas características naturais foram essenciais para o desenvolvimento da atividade canavieira, a qual impulsionou a disseminação de engenhos no século XIX. Alguns exemplares ainda são encontrados no município atualmente, mas em estado de ruína. Através desse trabalho, almejou-se retomar a história da formação da área rural e de interesse histórico do município, com enfoque no seu mais antigo exemplar, construído em 1843: o Engenho Carnaubal. Realizou-se, então, levantamentos e análises das ruínas do engenho, da casa grande e do entorno e percebeu-se o potencial da preservação e reutilização desse bem arquitetônico para o desenvolvimento de uma rota de engenhos, que ligasse o litoral ao centro do município, perpassando pela área rural. Para isso, pensou-se numa proposta arquitetônica e urbana na qual foram estabelecidos usos culturais e de serviços para o conjunto.

Palavras-chave: atividade canavieira; interesse histórico; preservação; reutilização.

Abstract

Ceará-Mirim is a city located in the metropolitan region, 28 kilometers from Natal/RN, northeast of Brazil. The proximity to the capital and its natural characteristics were essential for the sugarcane mills development, in the 19th century. Some remaining examples of sugarcane factories can still be found in the city, but in state of ruins. The aim of this work was to resume the history of the countryside county formation and the area of historical interest, focusing on its oldest sugarcane mill, built in 1843: the Engenho Carnaubal. Therefore, surveys and analysis of the sugarcane mills ruins, the big house and its surrounding area were carried out, so the potential for the preservation and reuse of this architectural complex has been noticed and based the development of a historical mills route, which would connect the coast to the center of the county, passing through the countryside. Then was elaborated an architectural and urban proposal with cultural uses and services for the complex.

Key-words: sugarcane mills; historical interest; preservation; reuse.

INTRODUÇÃO

O patrimônio arquitetônico brasileiro encontra-se em estado de abandono e degradação em diversos locais do país. Não bastasse a situação a qual essas construções se encontram, pouco a pouco elas estão sendo demolidas para dar lugar à novas edificações, servindo a novos interesses de produção do espaço urbano, e, sumindo do imaginário popular. Como forma de auxiliar na conservação e preservação dessas edificações, faz-se necessário o estudo do atual estado delas e, com base nisso, das possibilidades de intervenção. Diante dessa necessidade, surge o presente trabalho que traz como enfoque a questão do patrimônio arquitetônico no Município de Ceará Mirim, como produto da disciplina de Projeto Integrado 05 do sétimo período do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Situado na região metropolitana da Grande Natal, no estado do Rio Grande do Norte, Ceará Mirim é um município com pouco mais de 70 mil habitantes, possuindo área territorial total de 740 km², que se estende da microrregião de Macaíba até o litoral. O município destaca-se por ser detentor de um acervo arquitetônico patrimonial oriundo de décadas passadas de riqueza e prosperidade, nas quais foi, por muito tempo, moradia para uma classe aristocrata enriquecida pela produção e comércio da cana-de-açúcar na região. Embora esse acervo ainda exista no município, pouco se faz para a manutenção da integridade dessas edificações, notando-se apenas ações pontuais, como ocorreu no caso da Casa Grande do Engenho Guaporé, o qual foi restaurado mais de uma vez nos séculos XX e XXI, mas que sem a devida manutenção e estímulo ao uso encontra-se atualmente abandonado. Da mesma forma, boa parte dos exemplares arquitetônicos patrimoniais de Ceará Mirim encontram-se em situação de ruínas ou de abandono.

O trabalho desenvolvido pela turma para a disciplina de Projeto Integrado 05 consistiu num plano de ações destinadas a Área Especial de Interesse Histórico do município já referido. A turma foi separada por grupos em diferentes subáreas, com objetivo principal analisar e aplicar estudos teórico-conceituais, instrumentos legais e de gestão para intervenção em sítios e edifícios históricos de valor patrimonial, integrando os conteúdos dos projetos urbanos, arquitetônico e paisagístico. Para tanto, foram aplicadas seis diretrizes que iriam conduzir o desenvolvimento de todas as ações, sendo elas: preservação do patrimônio arquitetônico, paisagístico e

cultural; integração das áreas rural, litorânea e urbana; valorização da cultura e identidade local; desenvolvimento do ecoturismo rural; implementação de infraestrutura; proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. O estudo aqui detalhado foi desenvolvido especificamente numa das subáreas da área rural do município (situada de acordo com a Figura 1) e teve como objetivos específicos analisar a situação atual o conjunto arquitetônico e entorno do Engenho Carnaubal e apresentar propostas de preservação e reuso, para que este fosse parte integrante da “rota dos engenhos” – roteiro ecoturístico desenvolvido a nível de *master plan*, em conjunto com demais participantes da disciplina, com intuito de conectar a área urbana do município à área litorânea através do eixo rural, envolvendo o estudo realizado em outros engenhos da área e ações de mobilidade e preservação ambiental.



Figura 1: Localização da área de intervenção e do Engenho Carnaubal. Fonte: Acervo dos autores.

A apresentação do estudo realizado na subárea do Engenho Carnaubal inicia com um breve histórico do desenvolvimento de Ceará Mirim. Em sequência, apresenta-se a análise espacial e paisagística da subárea, utilizando como metodologias o Projeto Orla (Ministério do Meio Ambiente et al., 2006) e a metodologia utilizada por Paulo dos Santos Pires para análise de qualidade visual (Paulo dos Santos Pires, 1999, p. 167). Em seguida, é apresentado o Engenho de acordo com estado físico e arquitetônico atual e, por fim, o projeto de intervenção desenvolvido pelo grupo – a partir de métodos de abordagens propostas por Ambrogio Annoni (apud Lemos, 1981) e De Gracia (1992).

HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ MIRIM

Os primeiros relatos da ocupação do território de Ceará-Mirim se dão ainda no início do século XVI. Na época, realizava-se na região o comércio ilegal de pau-brasil, rico no local, entre os franceses, holandeses e os índios Janduís que habitavam próximo ao rio que dá nome à cidade e que, segundo Paulo Venturele de Paiva Castro (1992, p.15), vem do vocábulo indígena “Ce-ará-mirim” e possui entre suas diversas traduções: “canto do papagaio pequeno”. Segundo Júlio de Senna (1974, p.361, apud Hora Neto, 2015, p.26), a partir das missões chefiadas por Manoel Mascarenhas foram travadas duras batalhas contra os nativos que resultaram na reconquista do território por Portugal. Essas batalhas acabaram por massacrar a população nativa da região que até então era constituída de mais de 16 aldeias, as quais totalizavam uma população de cerca de 11.000 indivíduos.

Segundo Monteiro (2002, p.166, apud Hora Neto, 2015, p. 28) a forte seca ocorrida entre os anos de 1844 a 1846 foi responsável por dizimar a população de gado e diminuir os lucros gerados pela exportação do algodão, o que levou os proprietários de terra a buscarem por uma atividade mais sólida. Além disso, Cruz (2015, p.55) cita que houve a iniciativa do governo para enfrentar a crise do açúcar vivenciada no contexto nacional no século XIX, sendo incentivado a construção de engenhos e estradas de ferro. Então, os donos de terra voltaram seus olhos para a Zona da Mata e passaram a investir no plantio de cana-de-açúcar no médio vale do rio Ceará-Mirim, desta época inclusive data o Engenho Carnaubal que foi o primeiro engenho da região, construído em 1843 e de propriedade do português Antônio Bento Vianna, segundo José Avelino da Hora Neto (2015, p. 28).

Com o cultivo da cana as relações sociais e econômicas se dinamizaram levando ao surgimento de uma sociedade urbana, inicialmente denominada como povoado “Boca da Mata”, o qual abastecia os engenhos instalados no vale. A ocupação inicial do povoado se deu onde anteriormente se encontravam os engenhos Espinheiro e Diamante, os quais, assim como outros engenhos da época, possuíam faixas de terra estreitas e alongadas (Castro, 1992, p.17). A conformação espacial situa a cidade em um declive, o qual tem sua parte mais baixa na área próxima ao rio Ceará-Mirim. O povoado, diz Senna (1974, p. 454, apud Hora Neto, 2015, p. 30), se dava na intersecção de uma série de estradas importantes e que o tornava um ponto central, dentre essas estradas, têm-se: as que seguiam para o sertão, as que

vinham de Extremoz e Natal, as que partiam para o povoado de Jacoca e as praias do norte e ainda as que davam acesso aos engenhos após o rio Ceará-Mirim.

No contexto internacional tem-se uma demanda do açúcar brasileiro em decorrência da desorganização do mercado das ilhas da América Central. Já no contexto nacional a cafeicultura ganha espaço no sudeste e sul do país, diminuindo a produção do açúcar paulista. Assim, segundo Moraes (2005, apud Lopes, 2008, p. 28), até 1894 foram construídos mais de 50 engenhos na região, estes além de serem marcos na paisagem eram responsáveis pela riqueza. A cana-de-açúcar produzida na região era a responsável por 60% de todo o açúcar produzido no estado sendo o principal produtor da província, de acordo com Cruz (2015, p. 46). O desenvolvimento urbano estava fortemente ligado ao dinamismo político e econômico gerado pela classe social dominante enriquecida pela monocultura da cana-de-açúcar e o regime escravocrata, que além disso agitava o comércio local.

Contudo, devido a uma baixa no preço do açúcar e das constantes inundações do rio Ceará-Mirim que acabavam com safras inteiras, a atividade açucareira entra em crise na primeira década do século XX. Em decorrência disso, na região rural cerca de 20 engenhos foram desativados entre os anos 1914 a 1925. Embora tenham sido instaladas tardiamente em comparação aos outros estados, as usinas em Ceará-Mirim prosperaram até a década de 1970. Neste mesmo contexto, de acordo com Moraes (2005, apud Lopes, 2008, p. 29), não dispondo de recursos para modernizar a sua produção, os senhores de engenhos se tornaram meros fornecedores de insumo para as próprias usinas, deixando então os engenhos “de fogo morto” e perdendo o seu lugar no topo da hierarquia social, cedendo esse lugar para a figura do usineiro (Cruz, 2015, p. 69). De acordo com Lopes (2008, p. 30), no ano de 2008 apenas o engenho Mucuripe continuava com a produção de mel e rapadura, bem como a única usina ativa era a Companhia Açucareira Vale do Ceará-Mirim, também conhecida como Usina São Francisco. Atualmente, em 2017, nenhum dos dois permanecem em atividade.

O crescimento de 1970 a 2004 do município de Ceará-Mirim, foi predominantemente do litoral do município que se desenvolveu independente do centro municipal (Araújo E Clementino, 2006, p.68, apud Lopes, 2008, p.38). Essa área urbana no litoral, segundo Lopes (2008, p.39), começa a apresentar ocupação significativa em torno de 2001, a partir de um vetor de crescimento de sentido sul-norte, com influência de

dinâmicas metropolitanas ligadas à indústria do turismo. Desse modo, a conexão entre essas duas áreas urbanas seria fundamental para a implementação de uma rota turística ligando a área dos antigos engenhos com as praias do município.

ANÁLISE ESPACIAL E PAISAGÍSTICA DA ÁREA DE ESTUDO

A área de intervenção dos estudos gerais realizados pelos grupos da área rural está localizada a norte do centro urbano do Município de Ceará-Mirim e conecta-se com o litoral pela BR 160, e com outros municípios do Estado pela BR 406 e pela RN 064. A subárea, situada em torno do Engenho Carnaubal (em um raio de 1,00 km), objeto de análise do presente estudo, possui predominância de área não urbanizada, notando-se apenas uma pequena porção urbanizada referente a porção norte do centro urbano do município (Figura 2). A área encontra-se sob a mancha da Área Especial de Interesse Histórico do município (Ceará Mirim, 2016), e nela também está situado o Engenho Guaporé, o qual já se classifica como Patrimônio tombado pelo IPHAN. Além disso, também foram identificadas Áreas de Preservação Permanente (APP's) de acordo com o Código Florestal (2012), as quais abrangem 30,00 m das margens dos rios e corpos d'água existentes na subárea.

A análise espacial e paisagística leva em conta os critérios adotados na metodologia do Projeto Orla (Ministério do Meio Ambiente et al., 2006), uma iniciativa do Governo Federal conduzida pelo Ministério do Meio Ambiente. Foram realizadas adaptações para a avaliação da subárea de estudo do presente trabalho, que se localiza num ambiente rural. No Diagnóstico Paisagístico são considerados os elementos básicos da macropaisagem: Suporte Físico, Drenagem, Cobertura vegetal e Mancha Urbana. Na área de estudo é possível perceber a disposição da vegetação concentrada nas margens dos rios, e na porção do lote pertencente ao Engenho Carnaubal, em vista da não existência de produção agrícola em grande escala. Atualmente, o engenho possui uma pequena área de plantio de subsistência para a família que nele habita e também desenvolve a atividade de criação de gado, a qual é mantida pelo dono das terras. Nas demais regiões, nota-se indícios de atividades exploratórias, como a carnicultura e a agropecuária, que impactaram de tal forma a região que sua vegetação se constitui basicamente de forragens e mata nativa arbustiva de médio porte.

Quanto ao parcelamento, nota-se a predominância de lotes que ocupam grandes porções de terra, tendo em vista as áreas de latifúndio e a porção industrial pertencente a Usina São Francisco. A malha da porção urbana ao sul segue uma estrutura ortogonal, dentro de padrões regulares de urbanização. Outro ponto que é visível quanto ao parcelamento, é a cobertura vegetal nativa que se encontra nos limites dos lotes, isso se dá pelo uso econômico da região (agronegócio e agropecuária). Logo, a mata nativa foi sendo suprimida para dar espaço aos canaviais e pastos. A configuração paisagística é predominantemente rústica, tendo em vista a presença de grandes lotes encobertos por vegetação e inexistência de espaços públicos tratados.

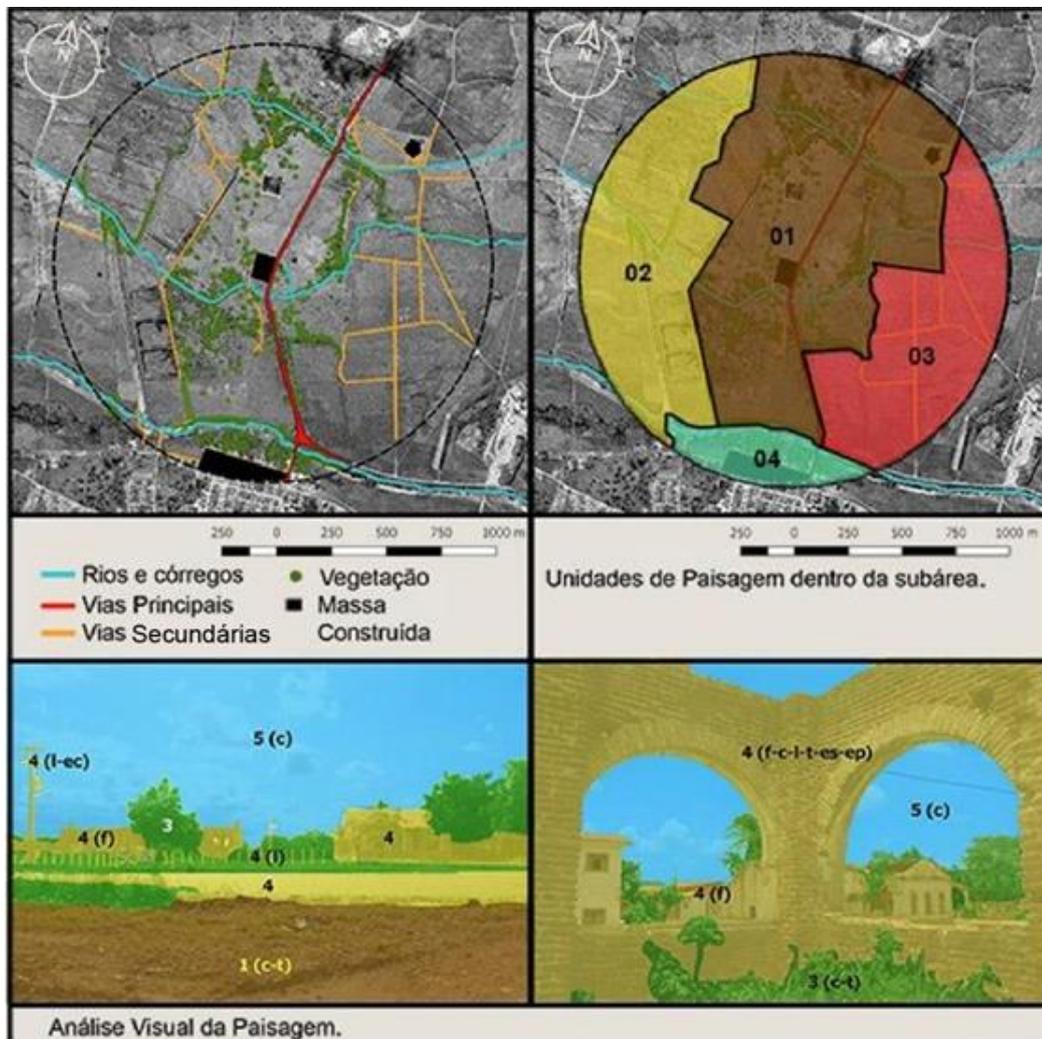


Figura 2: Análise visual da paisagem do Engenho Carnaubal e Unidades de Paisagem do seu entorno. Fonte: Acervo dos autores.

Sintetizando essas estruturas de cobertura têm-se uma grande mancha de área vegetal com fragmentos de massa edificada, representadas pela porção urbana e

pelas edificações dos engenhos, tendo como linhas as vias que os conectam. Quanto ao estágio de urbanização toda a subárea é ocupada por edificações horizontais, ou seja, não há presença de edificações acima de 3 pavimentos. Vale salientar que o Plano Diretor do Município (Ceará Mirim, 2006) estabelece zona de adensamento básico para o município como um todo.

Com base no cruzamento dos dados levantados na análise, obteve-se um mapa síntese das Unidades de Paisagem dentro da subárea (Figura 2). A Unidade 1 é marcada pela predominância de recobrimento vegetal e vegetação nativa, e também pela presença dos Engenhos, ambos objetos de valor patrimonial e preservação. A Unidade 2 é referente a área de atividades como a carcinicultura e outras atividades econômicas exploratórias, pois percebe-se a ausência de vegetação de grande porte e um traçado reticulado que indica atuações humanas. A Unidade 3 abarca o território pertencente ao Complexo açucareiro, que embora desativado, deixou marcas visíveis no solo e conseqüentemente na paisagem. Por fim, a Unidade 4 se refere à porção urbana que possui características bem distintas do restante da subárea pela conformação do traçado, ocupação e edificações existentes, que lhe conferem uma paisagem particular dentro dos padrões urbanos da área.

Na análise visual da paisagem seguiu-se o método apresentado por Pires (In. Yazigi, 1999, p. 161-177) que consiste na análise visual de fotografias tiradas *in loco* durante as visitas de levantamento. Esse método organiza os componentes da paisagem: (1) relevo, (2) água, (3) vegetação, (4) atuações humanas e (5) céu. Esses componentes são qualificados de acordo com suas propriedades visuais: (f) forma, (c) cor, (l) linha, (t) textura, (es) escala e (ep) espaço. Posteriormente são avaliadas as qualidades e fragilidades visuais, de acordo com características tais como: diversidade, naturalidade, singularidade, complexidade topográfica, superfície e borda d'água, atuações humanas, bacia visual, intrusão visual, detração da qualidade visual, patrimônio natural, recurso turístico e aproveitamento turístico. Nesse sentido as fotografias são sobrepostas por formas esquemáticas contornando e identificando os elementos reconhecidos, a fim de constatar potencialidades paisagísticas, ou mesmo fragilidades com presença de intrusões visuais no cenário.

Na primeira imagem (Figura 2) foi possível identificar a horizontalidade dos componentes de atuação humana referentes às edificações do Engenho, e por conseqüência disso uma predominância de relevo e céu nesse enquadramento.

Também há presença de naturalidade da vegetação nativa às margens da rodovia e das árvores no interior da propriedade. Os postes elétricos se configuram como intrusão visual, acentuada pela sua escala, e a cerca como um elemento harmônico.

Na segunda imagem (Figura 2), pela proximidade do ângulo de visão, os elementos da estrutura da fábrica possuem todas as propriedades visuais (forma, cor, linha, textura, escala e espaço). Predomina a forma e linha de contorno dos arcos, a cor e textura da alvenaria de blocos cerâmicos, assim como a escala, notada pela altura considerável do pé-direito e sua composição espacial imponente. Através dos vazios das aberturas dos arcos da fábrica há uma janela visual para a casa grande, constituindo grande potencial cênico. Também é visível uma porção do estábulo e da residência de apoio, que pela distância apresentam-se com forma homogênea porém destoantes dos elementos de valor patrimonial. O céu predomina nesse ângulo de visão graças ao gabarito baixo das construções, com destaque da cor. Por fim percebe-se a vegetação invadindo as ruínas tanto no interior do Engenho, como na parte descoberta da Casa Grande, configurando-se como um elemento de intrusão visual dado o estado de degradação, representando assim uma fragilidade. As atuações humanas são predominantes e o que favorece sua qualidade visual é a diversidade de elementos presentes na composição arquitetônica.

Em suma, a análise paisagística foi essencial para compreender o valor patrimonial do conjunto e com isso propor intervenções de forma a melhor aproveitar do seu potencial cênico, levando em conta as características locais de seu entorno.

O ENGENHO CARNAUBAL

Segundo Daniel Bertrand (2010, p. 47), o Engenho Carnaubal foi fundado em 1843 pelo português Antônio Bento Viana, pioneiro na produção açucareira em Ceará-mirim. O nome faz referência às carnaúbas presentes na região. O complexo foi estrategicamente implantado à margem esquerda do principal afluente do rio Ceará-mirim, o rio Água Azul. O surgimento dessa atividade econômica causou uma transformação paisagística na região: anteriormente caracterizada pelas matas, o cenário foi tomado por canaviais (Bertrand, 2010, p. 47).

O Engenho segue o partido aberto, no qual os edifícios que o compunha (Fábrica, Casa Grande, moradias dos funcionários, etc.) são distribuídos pela propriedade. A

Fábrica representa a primeira moenda horizontal a operar na região, sendo assim a mais produtiva da época, visto que seu partido de planta retangular abarcava todas as etapas de produção num só edifício, promovendo uma maior racionalização do fluxo. O engenho foi o maior produtor de açúcar no Rio Grande do Norte, responsável por 60% da produção até a década de 1920, chegando a produzir diariamente até 560 sacos de açúcar de 60kg (Senna, 1972, apud Bertrand, 2010, p. 75). Posteriormente, o conjunto foi adquirido por Manoel Emygdio de França em 1930 (Lima, 1990, apud Bertrand, 2010, p. 75) que, por fim, repassou para Ary Alecrim Pacheco, em 1962.

A partir da década de 1970, as atividades exercidas no Engenho sofreram um declínio de produção, com a conseqüente industrialização do processo de produção. Apenas se manteve por algum tempo o cultivo de cana-de-açúcar, a fim de vender matéria-prima para as usinas que se instalaram no município. Esse declínio, segundo antiga proprietária, em entrevista concedida ao grupo, deveu-se a consolidação das Leis Trabalhistas, as quais causaram uma mudança estrutural nas formas como os Senhores de Engenho exploravam a mão de obra. Devido ao desuso e a falta de manutenção, o conjunto edificado encontra-se, atualmente, abandonado e em grave estado de deterioração. Além disso, foi construído um estábulo e uma residência de apoio aos trabalhadores do local.

Caracterização do Conjunto Arquitetônico

O conjunto arquitetônico do Engenho Carnaubal pôde ser caracterizado a partir de visita *in loco* nos dias 16 e 17 de março de 2017, onde o grupo realizou o levantamento arquitetônico, com medições e fotografias. Além do levantamento *in loco*, tomou-se como referência documentos do Cadastro de bens imóveis de interesse patrimonial realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Rio Grande do Norte, 2013). O conjunto arquitetônico é identificado pelo IPHAN a partir do código RN-02600-IM-CJ-00010.

A começar pela Casa Grande, seu alicerce possui camada base de pedra e camadas posteriores de tijolos cerâmicos maciços (Imagem 'a' da Figura 3). O piso visto no alpendre aparenta ser de cimento queimado vermelho liso, assim como é também o rodapé. Atualmente o piso dessa área encontra-se áspero e sem brilho,

além de desbotado (Imagem 'b' da Figura 3). Não foi possível definir piso interno por impossibilidade de levantamento. O sistema construtivo constitui-se de paredes autoportantes de tijolos cerâmicos maciços, revestidas em argamassa e camada pictórica na cor branca. Estima-se que o pé direito da edificação varia de acordo com a inclinação da cobertura devido a inexistência de forro, sendo de aproximadamente 5,00m (abaixo da cumeeira) a 3,74 m. Nas paredes externas, o assentamento dos tijolos maciços, aparente na estrutura de uma das paredes expostas mostra certa variação: em partes é feito em “uma vez e meia”, outras vezes é feito em “uma vez” mais duas camadas “em espelho”. Há também variação na ordem das camadas a cada fiada (Imagem 'c' da Figura 3). Em uma outra parede externa com estrutura exposta, é possível observar o assentamento dos tijolos em três camadas de “meia vez” com ajuste comum (Imagem 'd' da Figura 3).

Já as paredes internas, são mais delgadas, apresentando uma camada de tijolos assentados em meia vez com ajuste comum (Imagem 'e' da Figura 3). Atualmente, as paredes que compõem a porção posterior da edificação estão em parte arruinadas, criando grandes aberturas por estarem de fato destruídas, e parte em arruinamento, camada de acabamento destruída ou semidestruída e estabilidade comprometida apresentando fissuras (Imagem 'f' da Figura 3). Já as paredes da porção frontal encontram-se mais conservadas. A lateral direita, por exemplo, aparenta dano apenas na pintura (Imagem 'g' da Figura 3). Porém, a parede da fachada frontal e lateral esquerda, além de danos na pintura (e emboço na fundação da lateral esquerda), apresenta fissuras que nascem no topo e atingem as vergas em arco de algumas esquadrias (Imagens 'h' e 'i' da Figura 3). Também é possível observar dano nas cornijas nas quinas da edificação (Imagem 'j' da Figura 3).

Toda a edificação é em alvenaria estrutural. As colunas toscanas do alpendre são compostas de tijolos cerâmicos de seção circular. Estas, atualmente, encontram-se com a pintura gasta. Uma delas está rompida (Imagem 'k' da Figura 3). As principais esquadrias são as da porção frontal, constituídas de folhas em madeira com bandeira fixa em meia rosácea de madeira e vidro. Tanto as portas como as janelas têm vergas em arco pleno e ombreiras em estilo toscano. As janelas são entaladas e possuem peitoril de alvenaria trabalhado em cornija, tem duas folhas compostas por réguas com abertura em giro para o interior da edificação (Imagens 'h' e 'i' da Figura 3). Já as portas, também de duas folhas, são almofadadas (Imagem 'l' da Figura 3).

Sua pintura originalmente era na cor azul turquesa. Atualmente, devido às intempéries, essa pintura encontra-se gasta e desbotada. As bandeirolas encontram-se total e parcialmente destruídas (Imagem 'h' da Figura 3) – havendo vedação com placas de madeira.



Figura 3 Imagens da Casa Grande: (a) alicerce, (b) piso do alpendre, (c,d,e,f) paredes, (g) fachada lateral direita, (h) janela, (i) fachada lateral esquerda, (j) cornija, (k) pilar, (l) porta externa original, (m) porta externa modificada, (n) janela, (o) cobertura do alpendre. Imagens da Fábrica: (p) alicerce, (q) foto antiga da fachada frontal, (r) fachada lateral esquerda.

Fonte: Elaborado pelos autores (2018). Imagem 'q': Gibson Machado Alves. Disponível em: <<http://tempodamemoria.blogspot.com.br/2013/09/fotos-antigas-dos-engenhos-de-ceara.html>>.

Acesso em: jul. 2017. Demais imagens: Acervo de Jayne Pereira.

Uma das portas de entrada foi substituída (Imagem 'm' da Figura 3). Algumas vergas foram atingidas por fissuras e, em geral, os elementos de composição em alvenaria

(ombreiras, peitoril e verga) estão parcialmente corroídos (Imagem 'h' da Figura 3). As dobradiças, ferrolhos e puxadores não puderam ser identificados por impossibilidade de levantamento. Outro tipo encontrado foi o de janela sem ornamento, apenas com duas folhas de giro em réguas de madeira. Esse tipo está presente na despensa da casa (estima-se) e na fachada posterior (Imagem 'n' da Figura 3). A porção posterior da casa possui as aberturas já sem esquadrias, tendo apenas uma restante. A conformação das fachadas indica uma cobertura composta de sete águas, com cumeeira principal posicionada paralelamente com relação à fachada frontal. O engradamento restante é composto por peças em madeira bruta serrada (tesouras, frechais, terças, linhas e ripas) e roliça (caibros) e manto de vedação em telha cerâmica colonial (Imagem 'o' da Figura 3). Os arremates são formados por beiral simples. Atualmente, restam três águas do telhado altamente comprometidas pela ação dos cupins no madeiramento.

Com relação à Fábrica, o alicerce aparente apresenta tijolos cerâmicos maciços (Imagem 'p' da Figura 3). Não há vestígios ou informações sobre piso da fábrica, a área interna está tomada por vegetação. Seu sistema construtivo se constitui de paredes autoportantes de tijolos cerâmicos maciços dobrados e pilares do mesmo material reforçando o sistema estrutural incorporados às paredes e dispostos na parte interna da edificação. O pé direito varia de 4,10 m a 5,60 m aproximadamente. De acordo com imagens antigas, as paredes externas possuíam acabamento com pintura (Imagem 'q' da Figura 3), porém não se pode afirmar o mesmo do ambiente interno (por falta de informações ou vestígios). Atualmente, as paredes externas possuem vestígios de acabamento, porém muito deteriorado (Imagem 'r' da Figura 3), e internamente estão com tijolos aparentes. Estado atual e fotografias antigas apresentam aberturas com vergas retas e em arcos abatidos sem presença de esquadrias (Imagens 'q' e 'r' da Figura 3).

O imóvel não apresenta elementos remanescentes da cobertura, mas foram identificadas telhas cerâmicas coloniais depositadas nas proximidades das ruínas, estimando-se que estas tenham constituído seu manto de vedação. Fotografia da fachada frontal da época de funcionamento da fábrica apresenta uma cobertura de quatro águas (Imagem 'q' da Figura 3), porém, estado atual apresenta vestígios característicos de telhados de duas águas – pontaletes de alvenaria acima das paredes laterais externas de um dos volumes (Imagem 'r' da Figura 3).

AS PROPOSTAS DE PRESERVAÇÃO E REUSO

Por meio das análises feitas sobre o histórico sociocultural de Ceará-Mirim, pudemos encontrar diversos grupos culturais de seu passado através das danças e músicas, como: o coco de roda, os caboclinhos e o grupo congo-de-guerra. Visando a preservação destas manifestações culturais e unindo-as a um símbolo da época de crescimento de Ceará-Mirim, no caso o Engenho Carnaubal, decidimos inserir um Centro Cultural nos remanescentes construtivos da Casa de Purgar e da Fábrica do conjunto arquitetônico em estudo.

Aliado a isso, encontramos a necessidade de adicionar um uso no conjunto que se adequasse às questões econômicas do local (onde há desenvolvimento de atividades agrícolas em pequena escala), e ao mesmo tempo atraísse a atividade turística e fosse facilmente incorporado ao cotidiano dos moradores locais. Desse modo, o grupo propôs para o edifício da antiga Casa Grande do Engenho Carnaubal o uso de restaurante.

Para que pudéssemos intervir na ruína da Fábrica do Engenho Carnaubal partimos da base metodológica de restauro De Gracia (1992). Segundo essa metodologia, acerca de processo projetual e criação de partido, a relação primária escolhida para a intervenção da ruína foi a inclusão (De Gracia, 1992, p.189). Isso se dá por meio da estrutura metálica e envoltória de vidro, por dentro da ruína da Fábrica, criando um espaço protegido para as atividades sem disputar visualmente com a ruína existente. Trabalhamos no segundo nível de intervenção com a criação de um anexo na parte posterior, no caso o volume do Auditório, escolha adotada tanto para atender as demandas de acústica e conforto, quanto para garantir o destaque às ruínas.

A partir dos levantamentos realizados *in loco*, e da análise do estado atual da fábrica, elencamos alguns pontos de importância: a proteção da ruína, em seu estado atual, sem a obstrução dela ou o ofuscamento por elementos novos; o uso de materiais contemporâneos que se harmonizem com o aspecto rústico da ruína; a construção de espaços para diferentes atividades. O partido formal é constituído em duas partes – uma referente à preservação e reconstrução com novos materiais, e a outra à inserção de um anexo:

- A utilização de uma cobertura em 2 águas, referenciando o estilo do antigo telhado da fábrica, sobre uma estrutura metálica que permite a liberação de grandes vãos, possibilitando atividades de dança e música. A vedação das salas com o *drywall* proporciona o uso de materiais isolantes, térmico ou acústicos, além da reorganização dos espaços, segundo a demanda das atividades. Na casa de purgar, a proposta de um palco voltado à praça propicia a apresentação dos grupos culturais, os quais teriam espaço para a prática contínua da atividade;

- A segunda parte, conforme nossas intenções de uso para a ruína, é a ampliação com um auditório. Ele se localiza na parte posterior da fábrica, para evitar a obstrução visual das ruínas. Para o auditório, nós trabalhamos a ligação deste elemento com a ruína por meio das conexões. As passarelas metálicas com cobertura translúcida permitirão a passagem do antigo para o novo.

Já com base nos levantamentos realizados na Casa Grande, que permitiram analisar o estado em que se encontra a edificação, e nas intenções projetuais para o reuso de restaurante, foi definido para a preservação da edificação o método de intervenção artístico (De Gracia, 1992, p.287). Este método de intervenção permite o uso de ruínas sem que haja reconstrução destas, e requer uma base documental obrigatória para as ações de projeto, além disso, o método dá ênfase nos aspectos plásticos e na adequação ao meio, a forma da edificação deve garantir a harmonia entre o antigo e o novo.

Assim, o partido formal da edificação se divide em três abordagens: a parte frontal da casa que encontra-se melhor conservada, o anexo posterior da casa que está em ruínas e um novo anexo proposto. Essas três abordagens consistem em:

- Restauro da porção frontal da casa que ainda se mantém erguida e conserva características estilísticas da construção original, além de possuir material iconográfico do aspecto da edificação antes de seu arruinamento;

- Na parte posterior da casa, que encontra-se em pior estado: paredes derrubadas, piso tomado por vegetação e sem cobertura. Propõe-se que sejam mantidas as paredes no estado de ruína, sem realizar a reconstrução das que já caíram, sendo construído estruturas de suporte para elas. Além disso, será feita a inclusão formal de uma nova cobertura, que em uma das metades da edificação será vazada, permitindo a entrada de luz, transformando o ambiente ao qual esta

estará sobre, e que atualmente está sem parede para o exterior, em um jardim; sendo construído como vedação externa uma nova parede com novos materiais e com portas onde antigamente havia aberturas na alvenaria que foi destruída, como mais uma inclusão formal a volumetria existente.

- Por fim, propõe-se a construção de um anexo na parte posterior da edificação com o perfil remetendo às inclinações da parte posterior da casa, integrando-o volumetricamente a edificação original e estabelecendo uma relação primária em termos topológicos de exclusão. Este anexo abrigaria os setores de preparo e armazenamento dos alimentos, uma vez que estes tipos de usos requerem espaços com revestimento que permitam uma fácil higienização. Além disso, o anexo é afastado da edificação original, criando um espaço de circulação dos funcionários, oculto dos clientes. Este espaço entre a edificação existente e o anexo seria coberto por um caramanchão.



Figura 1: Imagens esquemáticas das propostas de preservação e reuso do conjunto edificado. Fonte: Acervo dos autores.

A nível de *master plan* foi proposta a relocação do atual estábulo e casa dos trabalhadores – construções recentes que contrastam de forma conflituosa ao conjunto mais antigo – para um terreno ao lado, de maneira que as atividades atualmente desempenhadas possam continuar sem interferir nos novos usos designados para as edificações. A praça é o elemento integrador entre centro cultural e restaurante, configurando um ambiente aberto com ampla capacidade para

grandes eventos. Diante disso, também foi proposta uma área de camping com estrutura de apoio (cozinha, refeitório e banheiros) e horta comunitária para que o público possa desfrutar de vivências de ecoturismo no contexto rural. Por fim, foi proposta uma base para Associação de agropecuária orgânica para fomento dessa atividade na região e uma área de horta orgânica para uso do restaurante (implantação esquemática representada na Figura 5).



Figura 5: Implantação das intervenções no Engenho Carnaubal. Fonte: Acervo dos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou apresentar a importância do Engenho Carnaubal na história não só da cidade de Ceará Mirim, mas do Rio Grande do Norte, visto seu destaque frente a uma atividade econômica que influenciou de diversas maneiras o desenvolvimento do estado. Destacou-se, também, o valor patrimonial do conjunto edificado e sua relação com o entorno, estabelecendo propostas de intervenção com o intuito de recuperar os edifícios da situação de abandono e reintegrá-los à cidade

com novos usos adequados ao contexto, ressignificando seu valor arquitetônico e o potencial paisagístico da área em que se encontra. Além do reuso dos edifícios, foi proposta a implantação de novas atividades para o entorno do conjunto – considerando também as atividades preexistentes –, de forma que possam se desenvolver de maneira complementar, constituindo-se num complexo de atividades para o uso local e fomento do ecoturismo rural.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Tania Bacelar de; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda (coords). **Diagnóstico para o plano estratégico: Natal – uma metrópole em formação**. Relatório Geral. Recife: FADE/UFPE, 2006. Disponível em: <<http://www.natalmetropole.rn.gov.br/produtos>>. Acesso: set 2007.
- BERTRAND, Daniel. **Patrimônio, memória e espaço: a construção da paisagem açucareira do Vale do Ceará-Mirim**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2010.
- CASTRO, Paulo Venturele de Paiva. **Dinâmica urbana de Ceará-Mirim**. Natal: CERN. 1992.
- CEARÁ-MIRIM. Lei Complementar nº 006 de 19 de Dezembro de 2006. **Dispõe sobre o Plano Diretor do município de Ceará-Mirim e dá outras providências**. 2006.
- CRUZ, Luana Honório. **Os caminhos do açúcar no Rio Grande do Norte: o papel dos engenhos na formação território potiguar**. 2015.
- DE GRACIA, Francisco. **Construir em lo construído** - la arquitectura como modificación Madrid: NEREA, 1992. (capítulo VII).
- HORA NETO, José Avelino da. **Dinâmica de expansão urbana de Ceará-Mirim-RN: aspectos locais e metropolitanos?**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.
- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico**. Brasiliense, 1981.
- LOPES, Aline Christiane Bezerra. (2008). **Mobilidade e integração viária em Ceará-Mirim/RN**. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. UFRN, UFRN. **Graduação**: 111.
- MACHADO, Gibson. **A produção açucareira no vale do Ceará-Mirim**. 2011. Disponível em:<<http://gibsonmachadocm.blogspot.com.br/2011/03/producao-acucareira-no-vale-do-ceara.html>>. Acesso em: 15 mar. 2017.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBEINTE. **Projeto Orla**: Fundamentos para uma gestão integrada. Brasília: MMA/MP, 2006.78p
- PIRES, Paulo dos Santos. Paisagem Litorânea de Santa Catarina como recurso turístico. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; DA CRUZ, R. D. C. A. **Turismo: Espaço Paisagem e Cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- RIO GRANDE DO NORTE. Fabiane Cristine Fonseca. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Ministério da Cultura. **Ficha M207**: Relatório fotográfico. Ceará Mirim: Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, 2013. 9 p.
- _____. **Ficha M301**: Cadastro de Bens. Ceará Mirim: Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, 2013. 6 p.
- _____. **Ficha M302**: Bem Imóvel: Arquitetura: Caracterização Externa. Ceará Mirim: Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, 2013. 6 p.
- _____. **Ficha M303**: Bem Imóvel: Arquitetura: Caracterização Interna. Ceará Mirim: Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, 2013. 5 p.
- _____. **Ficha M304**: Bem Imóvel: Conjuntos Rurais. Ceará Mirim: Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, 2013. 2 p.

SENADO FEDERAL. Congresso. Senado. Constituição. Decreto nº 7893, de 17 de outubro de 2012.
Novo Código Florestal Brasileiro. Brasília, DF, 1988.